UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO ELEITORAL

BRENNO SILVA GOMES PEREIRA

**FRAUDE À QUOTA DE GÊNERO E CANDIDATURAS LARANJAS: ANÁLISE
DA ADAPTAÇÃO JURISPRUDENCIAL EM GARANTIA AO IN DUBIO PRO
SUFRAGIO**

SÃO LUÍS

JANEIRO DE 2021

BRENNO SILVA GOMES PEREIRA

**FRAUDE À QUOTA DE GÊNERO E CANDIDATURAS LARANJAS: ANÁLISE
DA ADAPTAÇÃO JURISPRUDENCIAL EM GARANTIA AO IN DUBIO PRO
SUFRAGIO**

**Trabalho de conclusão do curso,
apresentado para obtenção do
certificado de conclusão da Pós-
Graduação em Direito Eleitoral
pela Universidade Federal do
Maranhão – UFMA**

**Orientador: Raimundo Ivanir Abreu
Penha**

SÃO LUÍS

JANEIRO DE 2021

RESUMO

O presente artigo é um convite à discussão epistemológica das adaptações volitivas que a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral vem sofrendo no que concerne à discussão da lesão à quota de gênero. A discussão que iniciou de maneira uníssona, passou-se então a criar ares de divergência quanto à interpretação da norma lesada. O que para alguns Ministros do Tribunal Superior Eleitoral são mero indícios – posição ainda majoritária – para outros já são provas incontestas da atuação fraudulenta. Esse segundo posicionamento, apesar de minoritário, já se encontra com 3 votos na Corte Superior Eleitoral, o que se presume a possibilidade de eventual mudança em pouco tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Quota de gênero. Fraude eleitoral. Ação de Investigação Judicial Eleitoral. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.

ABSTRACT

The present article is an invitation to an epistemological discussion of the adaptations of will that the jurisprudence of the Superior Electoral Court has been undergoing in the discussion of the injury to gender quota. The discussion that began with a single thought, started to create divergence as to the interpretation of the injured norm. What for some Ministers of the Superior Electoral Court are mere indications - still the majority position - for others are already incontrovertible proof of fraudulent action. This second position, although a minority one, already has three votes in the Superior Electoral Court, which presumes the possibility of an eventual change in a short period of time.

KEY WORDS: Gender quota. Electoral fraud. Electoral Judicial Investigation Action. Impugnation of Electoral Mandate.

PREAMBULO INTRODUTÓRIO.

Preambularmente, o presente artigo construiu-se sob o desiderato de convidar o leitor a examinar as mudanças e adaptações jurisprudenciais nas análises das vedações às candidaturas laranjas ocorridas no quadriênio 2016/2020, quando o Tribunal Superior Eleitoral, em julgados de casos aparentemente semelhantes, assentou entendimentos diversos, impondo às lides eventuais comprovações exacerbadas.

Assim, para entender a epistemologia aplicada na volitividade dos julgadores do Tribunal Superior, é basilar compreender as constantes modificações de sua estrutura, preconizada plenamente na Constituição da República¹, a data em que houve a última modificação, bem como a natureza concepcional para que tal comutação de quórum ocorra regularmente.

Dessa forma, composição do Pleno do Tribunal Superior Eleitoral possui previsão Constitucional, sendo necessário a presença de três ministros do Supremo Tribunal Federal, eleitos pela própria Corte, dois ministros do Superior Tribunal de Justiça, também eleitos pela própria Corte, bem como a nomeação de dois advogados, pelo Presidente da República, que preencham os requisitos de notável saber jurídico, idoneidade moral e que sejam indicados pelo Supremo Tribunal Federal em lista sextupla.

A prestação do serviço para a Justiça Eleitoral se dá por dois anos, ininterruptos, podendo este membro ser reconduzido uma única vez por igual período², em plena aplicabilidade do princípio da imparcialidade. Ora, não é incomum que haja a constante tentativa de ingerência política nos Tribunais eleitorais, em

¹ Art. 119. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos:

I - mediante eleição, pelo voto secreto:

a) três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal;

b) dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça;

II - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o corregedor eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

² Art. 121. Lei complementar disporá sobre a organização e competência dos Tribunais, dos juízes de direito e das Juntas Eleitorais.

§ 2º Os juízes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

especial por sua natureza, o que influiu na tomada do regramento Constitucional. Sobre este pensamento, tem ensinado o professor Ministro Alexandre de Moraes (2020, p. 631), senão vejamos:

A fim de preservar a imparcialidade do Judiciário, e afastar possibilidade de ingerências políticas nos Tribunais eleitorais, salvo por motivo justificado, seus membros servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

Neste raciocínio, importa lembrar que a Corte Superior Eleitoral mudou radicalmente no biênio de 2018/2020, com mudança completa daquela que primeiramente estava composta em 2016, neste biênio 2020/2022. Ou seja, ainda que o princípio da colegialidade seja respeitado e laureado, as mentes que compõe aquele Tribunal modificaram-se por completo.

Muito por conta disto, ao menos em análise perfunctória, permitiu-se que o entendimento firmado e amplamente divulgado no julgamento paradigmático oriundo da cidade de Valença do Piauí (PI)³ pudesse ser utilizado como balizas para demais julgados, necessitando-se, por oportuno, de amparo probatório relativamente desproporcional para tomada de medida tão gravosa.

Da mesma forma, assentou-se o reflexo de tal decisão para os demais beneficiados da conduta fraudulenta, já que, até então, não se tinha ao certo entendimento consolidado quanto a sua penalidade secundária, esta intrínseca ao artigo 22 da Lei Complementar 64/90, qual seja, a inelegibilidade.

Ora, a candidatura fraudulenta, *per sí*, constatando-se a fraude e havendo processo de Ação de Impugnação de Mandato Eletivo ou Ação de Investigação Judicial Eleitoral transitado em julgado, ter-se-ia a inelegibilidade de 8 anos decretada nos termos do Artigo 22, inciso XIV⁴.

³ Relatoria do Excelentíssimo Senhor Ministro Jorge Mussi, cujo biênio encerrou em 2019

⁴ Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito:

Porém, no caso em vertente, sabendo-se que a presente ação ter-se-ia a inclusão de inúmeros beneficiados, já que a natureza das lides em análise são de fraude ao sistema eleitoral e o objeto tutelado é “o direito difuso de que os mandatos eletivos apenas sejam exercidos por quem os tenha alcançado de forma lícita, sem o emprego de práticas tão censuráveis quanto nocivas como são o abuso de poder, a corrupção e a fraude” (GOMES, José Jairo. P. 979), como ficaria a penalidade a todos os demais que somente atingiram o mandato eletivo por terem incorrido, ainda que indiretamente, em intrujice ao sistema democrático?

Com efeito, tem-se ainda como consolidado a medida processual aplicável ao caso, mesmo sabendo-se que a Ação de Investigação Judicial Eleitoral⁵ e Ação de Impugnação de Mandato Eletivo⁶ possuem fim semelhante, porém natureza diversa?

Mais a mais, adiantando-se que meros elementos indiciários (em especial a tríade inexistência de atos de campanha, votação zerada e similitude de prestação de contas) não mais seriam suficientes para a cassação da chapa de vereadores fraudulenta, quantos e quais outros elementos qualificadores caracterizariam-se em incontestável cenário de fraude?

Este rol de elementos, sabidamente jurisprudenciais, podem possuir condão de rol taxativo para provimento jurisdicional?

XIV – julgada procedente a representação, ainda que após a proclamação dos eleitos, o Tribunal declarará a inelegibilidade do representado e de quantos hajam contribuído para a prática do ato, cominando-lhes sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 8 (oito) anos subsequentes à eleição em que se verificou, além da cassação do registro ou diploma do candidato diretamente beneficiado pela interferência do poder econômico ou pelo desvio ou abuso do poder de autoridade ou dos meios de comunicação, determinando a remessa dos autos ao Ministério Público Eleitoral, para instauração de processo disciplinar, se for o caso, e de ação penal, ordenando quaisquer outras providências que a espécie comportar;

⁵Art. 19. As transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários, abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto, serão apuradas mediante investigações jurisdicionais realizadas pelo Corregedor-Geral e Corregedores Regionais Eleitorais.

Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito:

⁶ Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

Tais matérias, merecedoras que são de maior aprofundamento, ser-lhe-ão melhor debatidas nos tópicos que por conseguinte disponho.

CABIMENTO, LEGITIMIDADE ATIVA E SUAS DEVIDAS TEMPESTIVIDADES

Para que se averigue eventuais fraudes, abusos de poder (de autoridade, político ou econômico) e, conseqüentemente, busque-se a reprimenda de cassação de registro de candidatura ou diploma, é imperioso que se cumpra os requisitos legais previstos na Lei Complementar 64/1990. Nesse jaez, duas ações são pertinentes para tanto: a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) e a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME).

INVESTIGAÇÃO MEDIANTE AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL

As Ações de Investigação Judicial Eleitoral possui regramento claro, previsto em Lei infraconstitucional e de plena aplicabilidade. Seu rol, por ser taxativo, possui cristalinidade, flutuando entre a Lei Complementar 64/90 e a Lei 9504/1997.

A presente ação, como demonstrar-se-á, apesar de não ser a principal medida processual para a reconhecimento de candidaturas fraudulentas, foi a que atingiu julgados mais famosos, a exemplo do paradigmático julgamento objeto principal de nosso estudo⁷.

Assim, preliminarmente, deve-se asseverar que a AIJE possui condão de investigar fraudes eleitorais por via subsidiária, visto que a AIME, por determinação constitucional, possui tipificação expressa para tal desiderato.

Porém, em entendimento consolidado do Tribunal Superior Eleitoral, essa ação possui tais poderes pois, “a rigor, a fraude nada mais é do que espécie do gênero abuso de poder”, dessa forma, “A teleologia subjacente à investigação judicial eleitoral consiste em proteger a legitimidade, a normalidade e a higidez das eleições, de sorte que o abuso de poder a que se referem os arts. 19 a 22 da LC 64/90 deve ser

⁷ Recurso Especial Eleitoral número 193-92.2016.8.18.0018

compreendido de forma ampla, albergando condutas fraudulentas e contrárias ao ordenamento jurídico-eleitoral.” (RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 631-84.2012.6.24.0053, Relator: Ministro Luiz Fux).

Não diferente entende a doutrina, em especial quando se cita o renomado professor Francisco Dirceu Barros (p. 399 – 340), quando assevera:

Entendemos que o conceito e a importância da AIJE são destacados pela proteção dos objetos jurídicos que fortalecem o processo eleitoral democrático, portanto, a ação de investigação judicial eleitoral é um importante e eficaz instrumento destinado à tutela da legitimidade e normalidade do pleito eleitoral (Artigo 14, §9º, da Constituição Federal), paridade entre os candidatos (com fulcro no princípio da igualdade, art. 5º da CF), liberdade do voto (Art. 237 do Código Eleitoral, c.c. Art 19 da LC nº 64/90).

Isto posto, percebe-se que a presente ação possui todos os requisitos autorizativos para o regular processamento da matéria.

A AIJE, apesar de não possuir termo *a quo* tipificado no compilado de leis eleitorais, possui entendimento firme na jurisprudência do TSE, iniciando-se no dia do registro de candidatura e esvaindo-se no dia da diplomação dos eleitos⁸, possuindo assim, prazo certo. Para tanto, analiso o excerto:

A conduta vedada do art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97 e o abuso de poder do art. 22 da LC nº 64/90, como objeto de ação de investigação judicial eleitoral, terão a sua apuração deflagrada após o registro da candidatura, termo inicial para o manejo dessa via processual, podendo, contudo, levar a exame fatos ocorridos antes mesmo das convenções partidárias, porquanto não cabe confundir o período em que se conforma o ato ilícito com aquele no qual se admite a sua averiguação. Precedentes [...]

⁸ 2. O termo inicial para ajuizamento da AIJE é o registro de candidatura, não sendo cabível a sua propositura se não estiver em jogo a análise de eventual benefício contra quem já possui a condição de candidato, conforme interpretação do art. 22, inciso XIV, da LC nº 64/1990. (Ac. de 15.12.2015 no AgR-RO nº 10520, rel. Min. Gilmar Mendes.)

(Ac. de 19.3.2019 no REspe nº 57611, rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto.)

Deve, ainda, o profissional do Direito sempre ter em vista o seu termo *ad quem*. Como é cediço, o prazo para interposição da medida é até o dia da diplomação dos eleitos, porém, a data inicial para diplomação não faz parte do calendário eleitoral, sendo seu agendamento efetuado pelo Juízo da comarca.

Ou seja, da mesma forma que o dia da diplomação pode ser no último dia que o Tribunal Superior Eleitoral estipula como data limite, esta pode ser em dias anteriores, sendo, portanto, de deliberalidade do magistrado.

Por fim, é basilar destacar que a legitimidade ativa para proposição da AIJE se perfaz satisfeita no rol taxativo do Artigo 22 da Lei Complementar 64/90⁹. Porém, é de bom alvitre consignar que, nos termos da teoria conglobante, o autor da ação não necessariamente precisa ser o beneficiário direto do deslinde da lide. Para melhor explicar o anteposto, mais uma vez Francisco Dirceu Barros (p. 413) é cirúrgico:

A teoria eleitoral da parte conglobante defende que, como o direito eleitoral trata de matéria de ordem pública tutelada pelo ordenamento jurídico constitucional, com objetos jurídicos primordialmente salutares para a consolidação do regime democrático, a legitimidade ativa para os feitos eleitorais prevalece independentemente do interesse ou vantagem imedia que a parte possa vir a colher, assim, é possível um vereador interpor AIJE contra um prefeito e vice-versa.

Porém, insta consignar que o partido político, quando coligado, não mais pode atuar isoladamente em Ações Eleitorais¹⁰, bem como o cidadão não é parte ativa para propor AIJE, podendo, quando pertinente, dar notícia de fato ao Ministério

⁹ Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público.

¹⁰ Art. 6º É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.

§ 4º O partido político coligado somente possui legitimidade para atuar de forma isolada no processo eleitoral quando questionar a validade da própria coligação, durante o período compreendido entre a data da convenção e o termo final do prazo para a impugnação do registro de candidatos

Público, ao Juiz Eleitoral, ou ao Corregedor Eleitoral, para que providenciem o que for de direito (GOMES. José Jairo. P.876).

IMPUGNAÇÃO MEDIANTE AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO

A AIME, “apesar de não ter norma infraconstitucional regulamentando, sua eficácia é imediata e indubitável” (GOMES, José Jairo. P. 979). Desse modo, tem-se que esta ação possui natureza constitucional, e tem, por consectário lógico, poderes de atingir seu deslinde precípua. Como bem preleciona a Constituição da República¹¹, é a ação apropriada para impugnar “ante a Justiça Eleitoral, no prazo de quinze dias, contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso de poder político, econômico, corrupção ou fraude.”.

Como cediço e já descrito pela Carta Magna, o prazo para sua proposição é de 15 dias a contar da diplomação dos eleitos. Vale notar, mais uma vez, em rápida digressão, que esta data de diplomação não ocorre em dias fixos, sendo estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral uma data limite, máxima, mas não uma data mínima, podendo fazer-lhe já após a data do pleito, “apurados os votos e passados os prazos de questionamento e de processamento do resultado das eleições.”¹². Assim, pertine alertar para que se atente à data da diplomação no município onde vier a ser impugnada a eleição proporcional.

Da mesma forma, o TSE deu voz à Carta Magna, assentando entendimento de que a Ação de Impugnação é instrumento hábil para verificar o possível cometimento de fraude à lei durante processo eleitoral, não sendo necessário a prova pré-constituída.

Com efeito, exige-se tão somente elementos mínimos, ainda nesta fase preambular, para que se receba para regular processamento a referida ação em tela.

Outrossim, imperioso ressaltar que a famigerada fraude à quota de gênero é comumente impugnada por via de AIME, sendo esta a medida processual correta para tal desiderato, conforme preleciona o TSE, senão vejamos:

¹¹ Art. 14 §10 da CRFB

¹² <https://www.tse.jus.br/eleicoes/processo-eleitoral-brasileiro/diplomacao-dos-eleitos>

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO. CORRUPÇÃO. FRAUDE. COEFICIENTE DE GÊNERO. 1. Não houve violação ao art. 275 do Código Eleitoral, pois o Tribunal de origem se manifestou sobre matéria prévia ao mérito da causa, assentando o não cabimento da ação de impugnação de mandato eletivo com fundamento na alegação de fraude nos requerimentos de registro de candidatura. 2. O conceito da fraude, para fins de cabimento da ação de impugnação de mandato eletivo (art. 14, § 10, da Constituição Federal), é aberto e pode englobar todas as situações em que a normalidade das eleições e a legitimidade do mandato eletivo são afetadas por ações fraudulentas, inclusive nos casos de fraude à lei. 3. A inadmissão da AIME, na espécie, acarretaria violação ao direito de ação e à inafastabilidade da jurisdição. Recurso especial provido. (TSE - Recurso Especial Eleitoral nº 149, José Freitas/PI, rel. Min. Henrique Neves da Silva, em 4.8.2015).

Dessa forma, indubitavelmente a AIME é um instrumento processual próprio para apreciar e julgar o feito em vertente, visto a latente fraude impingida no processo eleitoral analisado.

Ainda, destaca-se que a constituição não previu o rol de legitimados para propor a AIME, porém, a jurisprudência consolidou tal entendimento, pondo todos aqueles do rol do Artigo 22 da Lei Complementar 64/90 como inegáveis interessados¹³.

DA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA NO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. MAIOR RIGIDEZ NA ANÁLISE PROBATÓRIA. CASSAÇÃO DE DRAP. DICOTOMIA COM ANÁLISE DIVERGENTE DO MESMO TRIBUNAL. MAIOR FORÇA AOS ELEMENTOS INDICIÁRIOS

¹³ “tratando-se de Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, são legitimadas para a causa as figuras elencadas no art. 22 da Lei de Inelegibilidade, quais sejam, qualquer partido político, coligação, candidato ou o Ministério Público Eleitoral” (TSE – AgR-AI nº 94192, Rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJ de 24.03.2011).

A Lei 9504/97, em seu artigo 10 §13¹⁴, determina de forma peremptória que a quota de gênero, seja com maioria de homens ou mulheres, deve ser respeitada para que o DRAP do partido seja deferido e validado perante a Justiça Eleitoral.

Nesta linha, acertadamente, o TSE delimitou a possibilidade do cancelamento do DRAP, ainda que posterior ao deferimento deste, quando alguma fraude é constatada de forma indubitável, como bem assevera a jurisprudência:

(...) 4. Os partidos e coligações que não solucionam as pendências da cota de gênero no Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) não podem sequer participar do pleito, o que, por conseguinte, repercute na totalidade de seus candidatos. Com muito maior razão, deve ser essa a consequência jurídica quando, após deferido o DRAP, se constata a fraude.

5. Recurso especial a que se nega seguimento.(TSE - RESPE: 6856520166110055 Cuiabá/MT 65062018, Relator: Min. Jorge Mussi, Data de Julgamento: 24/09/2019, Data de Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico - 27/09/2019 - Página 22-25)

Mais a mais, é de curial importância destacar que pouco importa o conhecimento prévio do ato por todos os candidatos impugnados do partido, sendo necessário tão somente a sua figuração como beneficiado para que as sanções da Lei se apliquem, conforme verbaliza a jurisprudência do TSE, tal como excerto:

ELEIÇÕES 2016. AGRAVOS INTERNOS EM RECURSOS ESPECIAIS ELEITORAIS. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO. I. PRELIMINARES. DESNECESSIDADE DE INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS DOS CANDIDATOS ELEITOS EM AIME QUE APURA FRAUDE À COTA DE GÊNERO. POSSIBILIDADE DE CASSAÇÃO DE TODA A COLIGAÇÃO COM QUEDA DO DRAP. (...). ANÁLISE DE FRAUDE À COTA DE GÊNERO EM AIME. ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. II. MÉRITO. COTAS DE GÊNERO. ART. 10, § 3º, DA LEI Nº 9.504/97. COMPROVADA FRAUDE À LEI ELEITORAL. CANDIDATURAS FEMININAS FICTÍCIAS. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO. INEXISTÊNCIA DE ATOS DE CAMPANHA. (...). 1. Preliminares. 1.1. Diferentemente da AIJE, em que é possível a

¹⁴ Art. 10 (...) §3ª Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidatura de cada sexo.

aplicação da sanção da inelegibilidade além da cassação do registro ou diploma, em sede de AIME, a verificação da fraude à cota de gênero tem como consequência apenas a desconstituição dos mandatos dos candidatos eleitos e de seus suplentes, de modo que nesta ação é desnecessária a diferenciação entre o candidato que tem ciência ou participa da fraude e aquele simplesmente favorecido pelo abuso. 1.2. Com a verificação da fraude à quota de gênero, é possível determinar a cassação de toda a coligação. Da forma em que apresentado, aliás, nem sequer o DRAP seria deferido porque a observância da cota de gênero é condição para a participação da coligação na disputa eleitoral. (Recurso Especial Eleitoral nº 162, Acórdão, Relator(a) Min. Tarcisio Vieira De Carvalho Neto, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 127, Data 29/06/2020, Página 49/59)

Na análise da jurisprudência do caso em vertente, tem-se que a discussão que se faz em buscar a devida punição à candidaturas falsas somente pode ocorrer após análise minuciosa e detalhada. Como se sabe, com amparo no princípio do *in dubio pro sufragio*, não se deve relativizar a real intenção de candidato pleitear por cargo eletivo. Nesse azo, o TSE consolidou entendimento que a simples ausência de votos nas candidatas do sexo feminino não configuraria, em tese, fraude ao sistema de quotas.

Isto porque, como denota a própria jurisprudência, inúmeros são os motivos que podem ser ensejadores de uma votação zerada, de forma em que não existe lei ou jurisprudência que obrigue ao candidato qualquer cláusula de desempenho ou de gasto mínimo.

Para que se constate tal fraude, é basilar que elementos indiciários, geralmente composto pela tríade “ausência de votos, prestação de contas zeradas e ausência de atos de campanha” se somem a diversos outros elementos confirmatórios, tais como realização de campanha para outros candidatos, familiares concorrendo no mesmo pleito e candidatura para fim de usufruir de licença remunerada. Assim, cita-se trecho de voto do eminente Ministro Tarcisio Vieira de Carvalho Neto nos autos do Respe 0602033-74.2018.6.18.0000, de sua relatoria:

No supracitado *leading case* [Valença/PI], o TSE assentou que os registros nas contas de campanha das 5 (cinco) candidatas denotavam extrema semelhança e indícios claros de maquiagem contábil. Aliados a essas

evidências iniciais, outros elementos foram levados em consideração pela Corte Superior, como: votação inexistente ou insignificante, ausência de atos de campanha, utilização da candidatura para o fim de usufruir de licença remunerada, além de um caso de parentesco de 4 (quatro) candidatos de um mesmo núcleo familiar. Quanto ao parentesco entre candidatos, aliás, ficou comprovado, naqueles autos, que as candidatas, além de não efetuarem gastos com propaganda eleitoral, atuaram em prol das campanhas de seus parentes do sexo masculino (filho e esposo).

Com efeito, depreende-se que o caso concreto firmado naquele julgado de 2019 passou a condicionar-se como paradigma cogente para o deslinde de processos semelhantes. Ou seja, ainda que os tais “meros elementos indiciários” estejam presentes, ou ainda, que estes elementos indiciários estejam em patente ilegalidade, não se poderá convalidar a cassação de chapas de vereadores, conforme excerto:

TEMA DE FUNDO. FRAUDE. COTA DE GÊNERO. ART. 10, § 3º, DA LEI 9.504/97. ROBUSTEZ. GRAVIDADE. AFRONTA. GARANTIA FUNDAMENTAL. ISONOMIA. HOMENS E MULHERES. ART. 5º, I, DA CF/88. 4. (...). 5. A extrema semelhança dos registros nas contas de campanha de cinco candidatas tipos de despesa, valores, data de emissão das notas e até mesmo a sequência numérica destas denota claros indícios de maquiagem contábil. A essa circunstância, de caráter indiciário, somam-se diversos elementos específicos. 6. A fraude em duas candidaturas da Coligação Compromisso com Valença I e em três da Coligação Compromisso com Valença II revela-se, ademais, da seguinte forma: a) Ivaltânia Nogueira e Maria Eugênia de Sousa disputaram o mesmo cargo, pela mesma coligação, com familiares próximos (esposo e filho), sem nenhuma notícia de animosidade política entre eles, sem que elas realizassem despesas com material de propaganda e com ambas atuando em prol da campanha daqueles, obtendo cada uma apenas um voto; b) Maria Neide da Silva sequer compareceu às urnas e não realizou gastos com publicidade; c) Magally da Silva votou e ainda assim não recebeu votos, e, além disso, apesar de alegar ter sido acometida por enfermidade, registrou gastos inclusive com recursos próprios em data posterior; d) Geórgia Lima, com apenas dois votos, é reincidente em disputar cargo eletivo apenas para preencher a cota e usufruir licença remunerada do serviço público. 7. (...)(RESPE 193-92.2016.6.18.0018, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 17.9.2019.)

Porém, em rápida análise da divergência constante na jurisprudência acerca do tema, torna-se cada vez mais cristalina a imposição de uma criação de prova diabólica¹⁵. Como bem se sabe, a natureza processual das ações eleitorais, seja AIJE ou AIME, possuem condão de investigar e reprimir as fraudes existentes contra o sistema eleitoral. E é justamente por isso que não se pode esperar a existência de “autoincriminação” para que as sanções da Lei sejam aplicadas.

Perceba: em todos os casos em que houve a cassação de chapa de vereadores, houve algum tipo de confissão espontânea. Seja por excesso de linguagem, seja por demais outros motivos escusos.

O anteposto é facilmente perceptível quando se analisa o inteiro teor de jurisprudências paradigmáticas para o tema, conforme excertos:

(...) Analice Adorno Teixeira, por sua vez, declarou que participou do pleito por influência familiar e para ajudar o candidato a prefeito de alcunha Nenê. Afirmou, ademais, que perdeu o interesse de concorrer quando o referido candidato a prefeito foi impedido de participar da disputa.

Renata Aparecida de Souza afirmou que não concorreu nem fez campanha, embora tenha participado da convenção partidária. Afirma que decidiu apoiar outro candidato (...)

Noêmia Rafael de Meilo Pedreira declarou que concorreu apenas para que o seu partido atingisse a quota de gênero, sem pretensão de fazer campanha. Esclareceu que sua participação foi voluntária.

Em resumo, quatro candidatas reconheceram vínculo de parentesco e, mesmo assim, disputaram o mesmo cargo; quatro também reconheceram que concorreram para ajudar o partido; e três delas reconheceram que a candidatura foi lançada apenas para atingir a quota de gênero.(RESPE 0600489-52.2018.6.00.0000/SP. RELATOR: Ministro Sergio Banhos.)

¹⁵O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (voto vencido): Presidente, nós voltamos àquela discussão que já tivemos sobre a prática de fraude à cota de gênero. Já me manifestei assim recentemente, no Recurso Especial 602016/PI e insisto: o que nós estamos a exigir é a chamada prova diabólica – cada vez mais me convenço disso, com todo o respeito às posições em contrário –, que parece que há a necessidade do partido e das candidatas virem, juntos, e falarem: “realmente, nós fraudamos a Justiça Eleitoral” – isso não vai ocorrer nunca. Veja o caso aqui como foi bem trazido pelo Ministério Público Eleitoral. (RESPE 0602033-74.2018.6.18.0000)

(...) A fraude em duas candidaturas da Coligação Compromisso com Valença I e em três da Coligação Compromisso com Valença II revela-se, ademais, da seguinte forma: a) Ivaltânia Nogueira e Maria Eugênia de Sousa disputaram o mesmo cargo, pela mesma coligação, com familiares próximos (esposo e filho), sem nenhuma notícia de animosidade política entre eles, sem que elas realizassem despesas com material de propaganda e com ambas atuando em prol da campanha daqueles, obtendo cada uma apenas um voto; b) Maria Neide da Silva sequer compareceu às urnas e não realizou gastos com publicidade; c) Magally da Silva votou e ainda assim não recebeu votos, e, além disso, apesar de alegar ter sido acometida por enfermidade, registrou gastos inclusive com recursos próprios em data posterior; d) Geórgia Lima, com apenas dois votos, é reincidente em disputar cargo eletivo apenas para preencher a cota e usufruir licença remunerada do serviço público. (RESPE 193-92.2016.6.18.0018, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 17.9.2019.)

(...) Cleni Bandar Okraszewski Sonemann, a candidata prestou depoimento judicial no qual reconheceu ter comparecido à sede do PSDB de Camaquã em 25.07.2016, a fim de "colocar seu nome à disposição", "ainda que fosse só para preencher vagas" para o cargo de vereador, comunicando que sequer poderia fazer campanha devido à condição de saúde de seu marido. (AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 1-62.2017.6.21.0012 CLASSE 32 CAMAQUÃ RIO GRANDE DO SUL Relator: Ministro Tarcisio Vieira de Carvalho Neto)

Ou seja, salvo raras exceções, os casos em que houve a cassação da chapa de vereadores impugnada, houve a confissão espontânea em alguma medida. Sem esta, as ações tem se mostrado infrutíferas.

Por oportuno, o rigor da aquilatação da prova tem sido tão severo que nem mesmo os erros básicos em depoimentos tem possuído condão autorizativo para o provimento da AIJE/AIME. O exemplo disto se encontra no Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral Nº 0602033-74.2018.6.18.0000, onde a parte Ré sequer sabia onde havia ocorrido as convenções partidárias, senão vejamos:

Cumpra destacar que também não passou despercebida a ocorrência de certa contradição nos depoimentos pessoais das Impugnadas e nos depoimentos das testemunhas, em relação a certos acontecimentos, por exemplo, quanto ao local de realização da Convenção da Coligação. Uma das candidatas, Sra. ANA MARIA, afirmou que a convenção se dera a céu aberto, enquanto pelos demais depoimentos e documentos juntados ao processo percebe-se que as convenções dos partidos ocorreram no Ginásio Poliesportivo da cidade. Contudo, tal se justifica devido à multiplicidade de eventos de campanha bem semelhantes, em que a Convenção ocorreu no Ginásio, ao passo que depois teve inauguração de “Comitê” em praça pública, seguida de palestras e/ou comícios também em local aberto ao público, tanto na praça central na cidade, como nas localidades rurais, o que faz presumir que alguns dos depoimentos possam ter incorrido em involuntário equívoco quanto à precisão dos locais onde teriam ocorridos os eventos de campanha. Mas nada que possa infirmar e/ou desacreditar o conteúdo geral das informações prestadas, ou, ainda, que pudesse demonstrar a alegada fraude. (AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 0602033-74.2018.6.18.0000 – PEDRO LAURENTINO – PIAUÍ Relator: Ministro Tarcisio Vieira de Carvalho Neto)

Vejamos, ainda que a candidatura feminina tenha tido sua desistência formalizada ou não, ao se analisar a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral como um todo, percebe-se que a assunção do risco surge ululantemente quando o partido político que está no limite da sua quota de gênero opta por não tomar qualquer atitude conquanto sabendo da desistência. Nesse diapasão, a Jurisprudência já entende que, não podendo o partido atingir os 30% da quota de gênero, deve este reduzir seu quadro de candidatos¹⁶, respeitando dessa forma o imperativo legal suprimindo tal deficiência.

Ora, simples seria usar o próprio dispositivo legal para suprir tal descalabro, usando o instituto da desistência de qualquer dos candidatos homens para que tal quota feminina fosse respeitada.

Com efeito, no momento em que se assume a possibilidade da manutenção de uma candidatura inexistente, o partido e os candidatos que vierem a ser impugnados decidirão por afrontar a jurisprudência pátria, pondo-se diante das

¹⁶ Ac.-TSE, de 6.11.2012, no Respe nº 2939: na impossibilidade de registro de candidaturas femininas no percentual mínimo de 30%, o partido ou a coligação deve reduzir o número de candidatos do sexo masculino para adequar-se os respectivos percentuais.

punições previstas em Lei. Por si só, nesta aparente discrepância, já se estaria em eminência de fraude, independente da volitividade dos agentes.

Ou seja, indiscutivelmente, havendo intenção de candidatar-se, qualquer candidato, seja do sexo feminino ou masculino, invariavelmente, obteria ao menos 1 voto. Seja o seu, de seu cônjuge, seus filhos ou quaisquer outros familiares.

Assim, parece incabível excessos de garantismo monoclar, isto pois, não pode-se aferir, peremptoriamente, que qualquer candidato que não tenha obtido qualquer voto, não produziu qualquer material, seja jingle, seja material impresso, bem como não realizou qualquer gasto de campanha, dentre tantos que uma eleição necessita, tenha tido a intenção de candidatar-se.

Quando se vislumbra aqueles sobrecitados elementos indiciários, percebe-se que os mesmos não devem ser expurgados *per si*. É necessário uma análise minudente do caso concreto, permitindo-se aferir, eventualmente, tais elementos preceptores como suficientes para ensejar fraudes eleitorais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme bastante destacado em todo o corpo analítico, percebe-se que a análise efetuada pelos eminentes Ministros do Tribunal Superior Eleitoral encontram-se em latente divergência interna, podendo ter diametral mudança em pouco tempo, dado a natureza transitória do serviço dos Ministros.

Dessa forma, tem-se que o respeito à quota de gênero é norma legal cogente para o cadastramento e registro perante a Justiça Eleitoral da chapa proporcional do Demonstrativo de Regularidades de Atos Partidários. O seu desrespeito, não só enseja a cassação de toda a chapa de vereadores do partido, como ainda eventualmente pode gerar a inelegibilidade dos agentes políticos.

Eventual mudança jurisprudencial, para mais rigorosa, tornará a norma mais efetiva, e, conseqüentemente, tornará impositiva o seu cumprimento, atingindo o fim precípua da reprimenda constitucional-eleitoral.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 36ª edição. São Paulo: Atlas, 2020.

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 16ª edição. São Paulo: Atlas, 2020

BARROS, Francisco Dirceu. Manual de Prática Eleitoral. 4ª edição. Leme, São Paulo: JH Mizuno, 2020.

Lei nº 9504 de 1997. Lei das Eleições. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504compilado.htm

Lei Complementar nº 64 de 1990. Lei de Inelegibilidade. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp64compilado.htm

Diplomação dos Eleitos, TSE. Disponível em <https://www.tse.jus.br/eleicoes/processo-eleitoral-brasileiro/diplomacao-dos-eleitos>

Recurso Especial Eleitoral nº 162, Acórdão, Relator(a) Min. Tarcisio Vieira De Carvalho Neto, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 127, Data 29/06/2020, Página 49/59

TSE - RESPE: 6856520166110055 Cuiabá/MT 65062018, Relator: Min. Jorge Mussi, Data de Julgamento: 24/09/2019, Data de Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico - 27/09/2019 - Página 22-25

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 193-92.2016.6.18.0018 CLASSE 32 VALENÇA DO PIAUÍ PIAUÍ, Relator: Ministro Jorge Mussi, Publicação: DJE – Diário de justiça eletrônico, tomo 193, Data: 04/10/2019 – Página 105 – 107

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

RESPE 0600489-52.2018.6.00.0000/SP. RELATOR: Ministro Sergio Banhos. Acessado em <https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaProcesso/Detalhe/listProcessoCompletoAdvogado.seam?id=16743&ca=43540ed56409e6625582d3442f7ee78accc67b1e12508036e2edb70fe2153be3354bdb0b5956f706adab89f3f67b5ba5> às 14:11

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 0602033-74.2018.6.18.0000 – PEDRO LAURENTINO – PIAUÍ Relator: Ministro Tarcisio Vieira

de Carvalho Neto. Acessado em <https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaProcesso/Detalhe/listProcessoCompletoAdvogado.seam?id=39754&ca=1eb1cb180b4721d25582d3442f7ee78accc67b1e12508036e2edb70fe2153be3354bdb0b5956f706adab89f3f67b5ba5> às 15:49

Respe 0602033-74.2018.6.18.0000. RELATOR: Ministro Tarcisio Vieira de Carvalho Neto. Acessado em <https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaProcesso/Detalhe/listProcessoCompletoAdvogado.seam?id=39754&ca=1eb1cb180b4721d25582d3442f7ee78accc67b1e12508036e2edb70fe2153be3354bdb0b5956f706adab89f3f67b5ba5> às 15:49

Ac. de 19.3.2019 no REspe nº 57611, rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto. Acessado em <http://inter03.tse.jus.br/sjur-consulta/pages/inteiro-teor-download/decisao.faces?idDecisao=305113&noCache=-723719092>

Ac. de 15.12.2015 no AgR-RO nº 10520, rel. Min. Gilmar Mendes. Acessado em: <http://inter03.tse.jus.br/sjur-consulta/pages/inteiro-teor-download/decisao.faces?idDecisao=305113&noCache=-723719092>

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar. 13ª edição. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2018. Ac.-TSE, de 6.11.2012, no Respe nº 2939, página 398